

A EFETIVIDADE DAS SALAS DE AEES (ATENDIMENTOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS) NOS ANOS INICIAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALEGRETE/RS.

Martins, Cláudia Patrícia T G y SÍLVIA MARIA
DE OLIVEIRA PAVÃO.

Cita:

Martins, Cláudia Patrícia T G y SÍLVIA MARIA DE OLIVEIRA PAVÃO
(2024). *A EFETIVIDADE DAS SALAS DE AEES (ATENDIMENTOS
EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS) NOS ANOS INICIAIS DAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALEGRETE/RS.* III Congreso
Internacional de Ciencias Humanas. Escuela de Humanidades,
Universidad Nacional de San Martín, Gral. San Martín.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/3.congreso.eh.unsam/498>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/esz9/qqn>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Rio Grande do Sul - Brasil

A EFETIVIDADE DAS SALAS DE AEEs (ATENDIMENTOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS) NOS ANOS INICIAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALEGRETE/RS

Mestranda Cláudia Patrícia Martins
Profª Drª Sílvia Maria de O. Pavão
E-mail: profeclaudipatricia3@gmail.com

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Brasil, estabelecida em 2008, é o mais recente marco em uma discussão contínua sobre a educação especial e o direito das pessoas com deficiência à educação, presente desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961.

Essa política enfatiza o direito dos alunos com deficiência de serem educados no sistema regular de ensino, sendo complementados pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este último é uma prática conduzida por especialistas em Educação Especial, destinada a facilitar e apoiar o desenvolvimento educacional dos alunos com deficiência.

A pesquisa, em andamento, é parte da dissertação de mestrado do Programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Santa Maria, RS, BRASIL, na linha de pesquisa: Educação especial, inclusão e diferença.

Adota uma abordagem qualitativa exploratória, utilizando um grupo focal para promover a interação entre educadores especializados e professores dos anos iniciais que têm alunos com deficiência em suas turmas.

O objetivo é discutir o papel do AEE na promoção do acesso e da permanência desses alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Os participantes serão apresentados à proposta da pesquisa em uma ou duas rodas de conversa, garantindo que entendam que seu trabalho não será julgado, mas sim explorado para fornecer insights sobre o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência.

Em seguida, receberão um questionário online com perguntas objetivas, visando capturar suas práticas pedagógicas e convicções como educadores.

Embora o questionário seja objetivo, espera-se que proporcione uma visão realista da inclusão nas escolas participantes. Vale ressaltar que, devido à escassez de professores especializados em AEE na rede municipal de Alegrete, nem todas as escolas têm Sala de Recursos Multifuncionais.

Além disso, os participantes serão convidados a participar de grupos de whatsapp para possíveis trocas e esclarecer dúvidas sobre a pesquisa.

Após a coleta dos dados, os resultados serão analisados para identificar a eficácia do AEE e sugerir áreas de melhoria para promover uma inclusão mais efetiva de pessoas com deficiência na educação regular no Brasil.

Palavras-chave: Educação Especial. AEE. Inclusão.

Referências Bibliográficas

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BRASIL. **Decreto n.º 10.645 de 11 de março de 2021**. Regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10645.htm. Acesso em: 28 jan., 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção, 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2, 6 jul. 2015b. Brasília, DF: Presidência da República, 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. **Nota Técnica nº 04, de 23 de janeiro de 2014**. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação no Censo Escolar. Brasília: MEC, 2014b. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/educacao-inclusiva-nota-tecnica-no-04-de-2014-secadi-orientacao-quanto-a-documentos-comprobatórios-de-alunos-com-deficiencia/>. Acesso em: 20 out., 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 8368 de 02 de dezembro de 2014**. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm?TSPD_101_R0=5adf19dcb15d605edf5ff49e917-fad25hv00000000000000000008427dfb5ff-ff000000000000000000000000000005ae20205003246f369. Acesso em: 10 nov., 2024.

BRASIL. **Lei n.º 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação. Brasília, DF, 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Portaria SECAD/MED n.º 25, de 19 de junho de 2012**. As escolas a serem contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais deverão ser indicadas pelas Secretarias de Educação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, por meio do Sistema de Gestão Tecnológica do Ministério da Educação. Disponível em: <https://lappee.fae.ufmg.br/portaria-no-25-de-19-de-junho-de-2012>. Acesso em: 04 set., 2023.

BRASIL. **Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 jun. 2013.

BRASIL. **Nota Técnica MEC/SEESP/GAB n.º 19, de 08 de setembro de 2010**. Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Disponível em: <https://lepedi-ufrrj.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Nota-t%C3%A9cnica-n%C2%BA.-19-Profissionais-de-apoio.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 04, de 13 de julho de 2010**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da Educação Básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010.pdf?query=AGR. Acesso em: 12 nov., 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 6949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/579385>. Acesso em: 15 fev., 2023.

BRASIL. **Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União: seção, 1, Brasília, DF, p.17, 2 out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2009/08/Decreto/D6949.htm. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

BRASIL. **Decreto Legislativo n.º 186, de julho de 2008**. Institui Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n.º 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 10 set., 2023.

BRASIL. **Portaria Ministerial n.º 555, de 05 de junho de 2007**. Institui Grupo de Trabalho para rever e sistematizar a Política Nacional de Educação Especial, debatendo junto às instituições de educação superior e no âmbito da educação básica nos estados, municípios e instituições não-governamentais. Disponível em: <file:///C:/Users/INTEL/Downloads/portaria%20n%20555.pdf>. Acesso em: 08 jan., 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 10 abr., 2023.

BRASIL. **Portaria Normativa n.º 13, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. Brasília: 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 set. 2023.

BRASIL. **Implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – (NAAH/S) em todos os estados e no Distrito Federal, 2005.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 10 set., 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 12 fev., 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 13 dez., 2023.

BRASIL. **Experiências educacionais inclusivas:** Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/se-mesp/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm?=&undefined. Acesso em: 22 out., 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. **Portaria n.º 2.678, de 24 de setembro de 2002.** Aprovar o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomendar o seu uso em todo o território nacional, na forma da publicação Classificação Decimal Universal - CDU 376.352 deste Ministério, a partir de 01 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/PORTARIA_N_2_678_DE_24_DE_SETEMBRO_DE_2002_15247494267694_7091.pdf. Disponível em: 20 out., 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n.º 17, de 03 de julho de 2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 08 jan., 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 22 jan., 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 jan., 2024.

BRASIL Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**: livro 1/MEC/SEESP- Brasília: a Secretaria, 1994. Disponível em: <https://inclusao-ja.com.br/wp-content/uploads/2019/09/polc3adtica-nacional-de-educacao-especial-1994.pdf>. Acesso em: 04 maio 2024.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n.º 72.425, de 3 de julho de 1973**. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 nov., 2023.

BRASIL. **Lei n.º 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção, 1, Brasília, DF, 11 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 05 set., 2023.

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção, 1, Brasília, DF, p. 11429, 20 dez 1961. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4024&ano=1961&ato=339o3YU5keVRVT7a7>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.

CENTRO DE TECNOLOGIA INCLUSIVA E SISTEMAS DE EDUCAÇÃO DA CAST, 2015. Disponível em: <https://diversa.org.br/noticias/conheca-o-centro-de-tecnologia-inclusiva-da-cast/>. Acesso em: 23 dez., 2023.

GALVÃO FILHO, Teófilo A.; DAMASCENO, Luciana L. As novas tecnologias e a Tecnologia Assistiva: utilizando os recursos de acessibilidade na educação especial. Fortaleza, CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3, **Anais**. Brasília, DF, MEC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INCLUSÃO E CIDADANIA. **Educação Inclusiva**: um Guia para o Professor. Disponível em: <https://www.inclusive.org.br/arquivos/98>. Acesso em: 12 jul.2022.

MANZINI, José Eduardo. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. *In*: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia, OMOTE, Sadao (Orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrina: Eduel, 2003. p. 11-25.